Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se de forma ordinária, nas dependências do PLASS, os membros do Conselho de Administração do Impres: Juliana Kusnier, Marcos Antonio Bordin da Rosa, Rafael Martini Veiga, Sulany de Fatima Bortolosso Welter, Rubia Karen Provensi, Fabiano Grando Poletto, Nivia Moreira Baretto, Loeri Jose Luvison e Andre Sauer. A reunião teve início com a aprovação da ata número 239. Dando continuidade foi apresentado um ofício do Banco Bradesco solicitando a relação e o contato dos aposentados e pensionistas que possuem empréstimos consignados. Em consulta ao setor de Controle Interno do município, a orientação repassada foi que fosse observado a lei de proteção de dados. Os conselheiros decidiram acatar a orientação repassada, indeferindo o pedido. A conselheira Nivia Moreira Baretto se absteve da votação. O próximo assunto debatido envolve a servidora aposentada Sandra Raquel Alves da Silva. A mesma solicitou que o Instituto avalie a possibilidade de isentá-la do pagamento da contribuição de 14% sobre o valor que excede o piso mínimo do município devido a problemas de saúde. O diretor de previdência, Tiago Dupont Giumbeli, elaborou um parecer jurídico justificando a obrigatoriedade do pagamento, porem encaminhou o documento para decisão final do Conselho de Administração. Os conselheiros decidiram seguir o parecer e votaram pela continuidade do pagamento da contribuição. A aprovação do Política de Investimentos para o ano de dois mil e vinte e um também foi tema do encontro. O diretor financeiro, Johnny George Oliveira de Carvalho, esclareceu as dúvidas dos conselheiros e explicou as principais mudanças na forma de aplicação de recursos. Para atingir a meta atuarial de 5.47% o Instituto precisará aplicar mais recursos em renda variável. A presidente registrou a participação de forma online da apresentação da Política de Investimentos por parte da empresa SMI Consultoria. Sanadas as dúvidas, os conselheiros aprovaram a Política de Investimentos por unanimidade. O projeto de reforma previdenciária voltou a ser discutido na reunião. Na data de trinta de novembro de dois mil e vinte, o sindicato encaminhou um parecer jurídico e algumas sugestões relacionadas ao projeto de reforma da previdência, porem fora do prazo estipulado pela Administração Municipal, mesmo assim, o Conselho de Administração encaminhou para análise da Procuradoria. Ficou definido que a próxima reunião será realizada no mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, devido a maioria dos conselheiros estarem em período de férias no mês de janeiro. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada e eu, Rafael Martini Veiga, redigi a presente ata.